

Organização Social de Saúde Santa Marcelina - RASTS São Miguel e Itaim Paulista

CNPJ/MF: 60.742.616/0015-65

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2016 e de 2015 - Em reais

Balço Patrimonial	NE	Período de 01/09/15 a 31/12/15	
		31/12/16	31/12/15
Ativo / Circulante	34.012.825,06	22.679.549,42	
Caixa e equivalentes	(03) 3.297.180,99	7.746.996,91	
Contas a receber	(05) 29.228.440,81	13.683.609,80	
Outros Créditos	(06) 1.468.112,30	1.232.378,56	
Despesas Antecipadas	19.090,96	13.368,03	
Transferências	-	3.196,12	
Não Circulante	4.763.933,66	5.766.023,95	
Realizável a longo prazo	(07) 4.763.933,66	5.766.023,95	
Total do Ativo	38.776.758,72	28.445.573,37	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

1. A Entidade: a. **Reconhecimento de utilidade pública:** A Organização Social de Saúde Santa Marcelina RASTS São Miguel e Itaim Paulista, filial da Associação Filantrópica Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão, em consonância com o carisma da Instituição, com a Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde, oferecendo-lhe atendimento de boa qualidade. A O.S.S. Santa Marcelina tem por finalidade gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial das supervisões técnicas de saúde São Miguel e Itaim Paulista, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão nº 10/2015 - SMS/NTCSS firmado com a Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo assinado em 05 de agosto de 2015. b. **Áreas de atuação:** A Organização tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nas seguintes áreas: 1. Preventiva e comunitária; 2. Curativa; 3. De reabilitação; e 4. De ensino e pesquisa. c. **Da manutenção:** Os recursos financeiros necessários à execução do objeto do presente contrato de gestão poderão ser obtidos mediante transferências provenientes do Poder Público, doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização. d. **Da organização:** A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Diretoria Geral; 2. Pastoral da Saúde; 3. Serviços Médicos; 4. Serviços Técnicos; e 5. Serviços Administrativos. 2. **Principais Práticas Contábeis:** 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: a) Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e foram autorizadas para emissão em 10/02/2017. 2.2. **Bases para elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. a. **Contas de resultado:** O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência; b. **Aplicações financeiras:** São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado; c. **Ativo circulante e não circulante:** Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável; d. **Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos; e. **Provisão de férias e encargos:** Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; f. **Contribuição ao INSS e impostos:** Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade filantrópica e está isenta do pagamento da contribuição ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme prevê a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda. g. **Uso de estimativa:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados. 3. **Caixa e Equivalente de Caixa:** Estão representados substancialmente por saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras assim distribuídas:

Descrição	2016	2015
Fundo Fixo de Caixa	-	10.950,00
Bancos conta movimento	356,51	2.264,36
Sub-Total	356,51	13.214,36
Aplicações Financeiras	3.296.824,48	7.733.782,55
Total	3.297.180,99	7.746.996,91

4. **Execução do Contrato de Gestão (não auditado):** Foram executadas as atividades abaixo demonstradas: **Demonstrativo de Produção conforme Relatório de Execução do Contrato.**

Item	2016	2015
Consultas Médicas da área - ESF	385.828	81.260
Consultas de Enfermagem - ESF	195.932	53.789
Atendimento Individual de Odonto - ESF	83.354	19.389
Procedimentos Individuais Equipe de Odonto - ESF	318.336	75.860
Visitas Domiciliares Agentes de Saúde - ESF	1.245.388	335.801
Atendimento Urgência Atenção Primária - AMA	270.437	86.828
Total de Exames de Diagnósticos Realizados	32.739	10.012
Total de Consultas do Serviço de UBS Mista	33.820	11.965

Descrição	2016	2015
Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Paulo	29.228.440,81	13.683.609,80
Total	29.228.440,81	13.683.609,80

Descrição	2016	2015
Adiantamentos a funcionários	1.429.461,33	1.226.519,85
Adiantamento de saída de recursos	968,67	45,40
Adiantamento de fornecedores	37.682,30	5.813,31
Total	1.468.112,30	1.232.378,56

7. **Realizável a Longo Prazo:** Em 31 de dezembro, os depósitos judiciais sobre as ações movidas pela entidade e os bloqueios de valores ordenados judicialmente são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Descrição	2016	2015
PIS	4.661.597,05	5.671.704,83
Ação cível a recuperar	94.319,12	94.319,12
Processo Cível	8.017,49	-
Total	4.763.933,66	5.766.023,95

Parecer do Conselho Econômico e Fiscal

A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Organização Social de Saúde Santa Marcelina RASTS São Miguel/Itaim

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina-RATS São Miguel e Itaim Paulista - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - RATS São Miguel e Itaim Paulista, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - RATS São Miguel e Itaim Paulista em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida

Balço Patrimonial	NE	Período de 01/09/15 a 31/12/15	
		31/12/16	31/12/15
Passivo / Circulante	26.042.177,52	22.408.136,64	
Fornecedores	146.960,87	49.521,76	
Obrigações trabalhistas	6.927.416,41	5.358.709,04	
Obrigações sociais	(8a) 2.076.517,17	1.627.448,97	
Obrigações tributárias	(8b) 1.953.166,66	1.450.614,34	
Provisões de férias e encargos	13.982.035,53	12.919.618,53	
Outras contas a pagar	496.222,61	381.385,39	
Contas a pagar serviços terceiros	174.001,73	530.838,61	
Subvenções a Aplicar	(17) 70.839,59	-	
Contingências judiciais	(09) 215.016,95	90.000,00	
Não Circulante	5.124.236,07	6.358.704,83	
Exigível de Longo Prazo	5.124.236,07	6.358.704,83	
Processos Judiciais	(8c) 4.669.614,54	5.671.704,83	
Contingências judiciais	(09) 454.621,53	687.000,00	
Patrimônio Líquido	(11) 7.610.345,13	(321.268,10)	
Total do Passivo	38.776.758,72	28.445.573,37	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício

Patrimônio social	NE	Período de 01/09/15 a 31/12/15	
		31/12/16	31/12/15
No início do exercício	(321.268,10)	-	-
Transferências patrimoniais	-	-	(18.324.273,64)
Superávit do exercício	(11) 7.931.613,23	18.003.005,54	18.003.005,54
No final do exercício	7.610.345,13	(321.268,10)	-
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			

8. Impostos e Contribuições: (a) Obrigações Sociais

Descrição	2016	2015
INSS a recolher	647.720,09	471.432,16
FGTS a pagar	1.165.043,98	935.747,73
PIS sobre folha a recolher	145.988,37	115.548,52
Outros	117.764,73	104.720,56
Total - Circulante	2.076.517,17	1.627.448,97

(b) Obrigações Tributárias

Descrição	2016	2015
IRRF a recolher	1.835.116,13	1.370.601,56
Outras retenções de terceiros	118.050,53	80.012,78
Total	1.953.166,66	1.450.614,34

(c) Processos Judiciais de Longo Prazo

Descrição	2016	2015
PIS depósito judicial	4.661.597,05	5.671.704,83
Outros depósitos judiciais	8.017,49	0,00
Total - Não circulante	4.669.614,54	5.671.704,83

O recolhimento do PIS está sendo discutido judicialmente, e em conformidade com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) do IBRACON, a administração apropriou esses valores como obrigação legal até a conclusão da sentença. 9. **Provisão para Contingências:** A entidade possui contingências judiciais de natureza trabalhista e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja possibilidade de perda foi classificada como provável.

Descrição	2016	2015
Processos trabalhistas	215.016,95	90.000,00
Total - circulante	215.016,95	90.000,00
Processos trabalhistas	454.621,53	687.000,00
Total - Não circulante	454.621,53	687.000,00
Total de contingências	669.638,48	777.000,00

10. **Iseções Previdenciárias Usufruídas:** Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei n.º 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício fiscal anterior:

Descrição	2016	2015
Ordenados e salários	125.727.834,96	36.543.372,27
Percentual de contribuição devida (*)	27,8%	27,8%
Sub-total	34.952.338,12	10.159.057,49
Serviços prestados p. física (autônomos incluindo médicos)	7.123,10	48.298,50
Percentual de contribuição devida	20,00%	20,00%
Sub-total	1.424,62	9.659,70

Total devido caso a entidade não gozasse de isenção 34.953.762,74 10.168.717,19

(*) INSS 20%, FPAS 5,8% e Seguros contra riscos e acidentes 2%. 11. **Patrimônio Líquido:** Apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, diminuído pelas transferências patrimoniais acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes ocorridos. Refere-se ainda a recursos a serem aplicados, exclusivamente, aos objetivos do contrato de gestão. Em 2016, o valor do Patrimônio Líquido é de R\$ 7.610.345,13. O Superávit do período de 2016 foi de R\$ 7.931.613,23. Em 2015 o Patrimônio Líquido Passivo a Descoberto era de R\$ 321.268,10.

12. **Receitas e Despesas:** As receitas e despesas são apropriadas por competência com base em documentação hábil como: avisos bancários, notas fiscais, recibos, contratos e outros em conformidade com as exigências legais e fiscais. 13. **Verbas Recebidas: (a) Subvenções: Custeio:** Os recursos apropriados pela Entidade face ao contrato de gestão com a SMS - Secretaria Municipal de São Paulo - Prefeitura Municipal de São Paulo para auxílio de Custeio e Investimentos de seus gastos durante o exercício, e liberadas face ao contrato de gestão R10/2015 - SMS/NTCSS: **Contrato de Gestão - Recursos apropriados** 2016 2015

Descrição	2016	2015
Verbas para custeio contrato de gestão R10/2015	185.186.692,67	60.415.400,22
Total da Secretaria Municipal da Saúde	185.186.692,67	60.415.400,22

(b) Subvenções: Investimentos

Contrato de Gestão - Recursos apropriados 2016 2015

Descrição	2016	2015
Verbas para investimentos - termo aditivo nº 003/2015	1.375.956,70	401.000,00
Verbas para investimentos - termo aditivo nº 005/2015	77.125,63	100.000,00
Total da Secretaria Municipal da Saúde	1.453.082,33	501.000,00

14. **Recursos:** Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais. 15. **Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas:** Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado estão demonstrados como segue:

Descrição	2016	2015
Despesa financeira		
IOF e juros	(27,33)	(272,40)
Despesas bancárias	(1.734,91)	(706,54)
Sub-total	(1.762,24)	(978,94)
Receita financeira		
Rendimentos aplicações	1.810.896,59	448.849,22

Paulista referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição

é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** Demonstrações do valor adicionado: Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis básicas requeridas no parágrafo inicial, tomadas em conjunto. Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo

Demonstração do Resultado do Exercício	Período de 01/09/15 a 31/12/15	
	NE	31/12/16
Receitas Operacionais Brutas	188.596.326,06	61.759.899,98
Receitas de atividades assistenciais	185.186.692,67	60.415.400,22
Com assistência médica hospitalar (13a)	185.186.692,67	60.415.400,22
Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias	3.409.633,39	1.344.499,76
Financeiras deduzidas das despesas (15)	1.813.409,97	447.870,28
Investimentos (13b)	1.453.082,33	501.000,00
Outras receitas operacionais	143.141,09	395.629,48
Despesas Operacionais	180.664.712,83	43.756.894,44
Despesas com atividades assistenciais	180.664.712,83	43.756.894,44
Despesas com pessoal	153.198.882,68	37.276.230,63
Despesas administrativas e gerais	3.629.069,65	1.597.667,17
Serviços prestados por terceiros	20.533.539,45	4.337.620,43
Medicamentos e materiais	3.303.221,05	545.376,21
Superávit do Exercício	7.931.613,23	18.003.005,54

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado

Demonstração do Valor Adicionado	Período de 01/09/15 a 31/12/15	
	31/12/16	01/09/15 a 31/12/15
Receitas Operacionais Brutas	186.782.916,09	61.312.029,70
Com assistência médica hospitalar	185.186.692,67	60.415.400,22
Com investimentos	1.453.082,33	501.000,00
Com doações, verbas e outras	143.141,09	395.629,48
Insumos Adquiridos de Terceiros	26.539.256,05	6.262.855,61
Materiais consumidos	3.303.221,05	545.376,21
Serviço de terceiros e outros	23.236.035,00	5.717.479,40
Valor Adicionado Bruto	160.243.660,04	55.049.174,09
Valor Adicionado Líquido		
Produzido Pela Entidade	160.243.660,04	55.049.174,09
Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.815.172,21	448.849,22
Receitas financeiras	1.815.172,21	448.849,22
Valor Adicionado Total a Distribuir	162.058.832,25	55.498.023,31
Distribuição do Valor Adicionado	162.058.832,25	55.498.023,31
Pessoal e encargos	153.198.882,68	37.276.230,63
Impostos, taxas e contribuições	54.623,22	-
Juros e Aluguéis	873.713,12	218.787,14
Superávit do exercício	7.931.613,23	18.003.005,54
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis		

Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa	Período de 01/09/15 a 31/12/15	
	31/12/16	a 31/12/15
Atividades Operacionais Superávit líquido	7.931.613,23	18.003.005,54
Ajustes para conciliar o resultado para fluxo de caixa	(99.344,03)	777.000,00
Provisão para contingências	(99.344,03)	777.000,00
Variações no capital circulante	(12.282.085,12)	7.291.265,01
Contas a receber	(15.544.831,01)	(13.683.609,80)
Outros créditos	(235.733,74)	(1.232.378,56)
Despesas antecipadas	(5.722,93)	(13.368,03)
Transferências	3.196,12	(3.196,12)
Fornecedores	97.439,11	49.521,76
Obrigações trabalhistas	1.568.707,37	5.358.709,04
Encargos sociais	(561.039,58)	7.299.153,80
Encargos tributários	502.552,32	1.450.614,34
Provisão de férias	1.062.417,00	12.919.618,53
Verbas e Subvenções	70.839,59	-
Outras contas		

continuação

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela

administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 3 de março de 2017. **Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S** - CRC-2SP 15.753/O-0; **José Luiz de Faria** - Contador - CRC-1SP116.868/O-8.

io | tecnologia

Soluções Imprensa Oficial em tecnologia da informação e comunicação



Aliamos nossa experiência desde 1891 na publicação da informação às mais modernas tecnologias, oferecendo serviços inteligentes para o setor público com a excelência e inovação de sempre.



Certificação Digital - Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo



Soluções em Documento Digital: GED (Gestão Eletrônica de Documentos), ECM (*Enterprise Content Management*) e BPM (*Business Process Management*)



Desenvolvimento de portais



Consulta gratuita ao Diário Oficial



e-negócios públicos



e-juntacomercial

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO